

ALEXANDRE GARCIA

É TAREFA DOS EMBAIXADORES RELATAR AOS SEUS GOVERNOS O ANDAMENTO DE UM PROCESSO ELEITORAL PARA QUE SEJA AVALIADA A LEGITIMIDADE DOS RESULTADOS. ASSIM, SE HOUVE CRIME ELEITORAL NO ENCONTRO DO ALVORADA, OS EMBAIXADORES SERIAM TODOS CÚMPLICES

Bolsonaro e calvário

Leonel Brizola botou a boca no mundo quando percebeu que a contagem eletrônica dos votos, feita pela Proconsult, contratada pelo TRE, poderia conduzir à vitória de Moreira Franco, em 1982. A denúncia do risco de alteração dos resultados teria interrompido um processo de fraude e garantido a Brizola o governo do Rio de Janeiro. O episódio serviu para deixar o PDT com um pé atrás em relação à contagem informatizada. Em 2001, o PDT de Brizola uniu-se ao projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) por comprovante do voto. Virou lei sancionada por FHC. Mas a Justiça Eleitoral pressionou, e a lei foi revogada em 2003. Em 2009, os deputados Flavio Dino e Brizola Neto propuseram nova lei de comprovante, que foi aprovada e sancionada por Lula, mas revogada pelo Supremo. Projeto do deputado Bolsonaro foi aprovado em 2015. Dilma vetou, e o veto foi derrubado por 71% dos congressistas. No entanto, o Supremo suspendeu a lei, por oito votos, antes das eleições. Depois, declarou-a inconstitucional, por unanimidade. Em 2021, ainda se voltou ao assunto, com o apoio do PDT de Carlos Lupi e Ciro Gomes, mas acabou arquivado. Agora, o tema volta à discussão no TSE, provocado por ação contra Bolsonaro por iniciativa — creiam — do PDT. É questão atualíssima, já que ano que vem temos eleições municipais.

O PDT denunciou Bolsonaro por abuso de poder político e econômico, acusando-o de crime eleitoral por ter convidado embaixadores credenciados no Brasil para uma conversa no Palácio da Alvorada. A conversa versava sobre riscos da contagem eletrônica pela ausência de um comprovante impresso do voto digital. Se a denúncia tivesse sido feita por outro partido, não seria de estranhar. Mas é irônico que tenha partido do PDT, que teria tudo para honrar a memória de seu líder e nunca mais querer o risco de um caso como o Proconsult.

Embaixadores que estiveram na reunião com Bolsonaro ficaram surpresos com a denúncia do PDT. Alguns me disseram que não viram crime algum na atitude do então presidente da República. Que eles, embaixadores, atenderam ao convite pelo mesmo motivo com que aceitaram ir ao TSE para ouvir o então presidente da Justiça Eleitoral, Edson Fachin, expressar suas preocupações sobre a aceitação dos resultados da eleição presidencial. Na missão desses diplomatas está a de acompanhar o sistema de voto de um dos maiores eleitorados do mundo, num país de grande importância estratégica. É tarefa dos embaixadores relatar aos seus governos o andamento de um processo eleitoral para que seja avaliada a legitimidade dos resultados. Assim, se houve crime eleitoral no encontro do Alvorada, os embaixadores seriam todos cúmplices.

Sobre o julgamento no TSE, bolsonaristas escrevem nas redes sociais que foi decidido antecipadamente fazer Bolsonaro carregar a cruz e ser crucificado. Torná-lo inelegível por oito anos é aplicar nele o que foi omitido na condenação de Dilma quando, à revelia do parágrafo único do artigo 52 da Constituição, ela não ficou inelegível por oito anos, no julgamento do Senado, conduzido pelo presidente do Supremo. Por medo da força eleitoral de Bolsonaro, torná-lo inelegível, crucificá-lo, como dizem os bolsonaristas, podem converter num cristo alguém que já é messias no nome. Como na facada, podem turbinar Bolsonaro como um líder sem poder receber voto, mas com poder de voto ainda maior. Um resultado que pode ser de ganha-ganha para o ex-presidente. Não podendo ser eleito, e já tendo eleito tantos, ganha ressurreição como o grande eleitor.

PODER

Nem bolsonaristas acreditaram

Coronel Lawand Júnior não convence ao negar intenção de golpe e dizer que queria pacificar o país, mas CPMI decide não prendê-lo

» TAÍSA MEDEIROS

O coronel Jean Lawand Júnior foi acusado de mentir no depoimento prestado, ontem, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga os ataques de 8 de janeiro. Nem parlamentares bolsonaristas acreditaram nas declarações do militar, chamado para a oitiva por causa das mensagens golpistas trocadas com o ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro, Mauro Cid. Lawand negou que tenha incitado um golpe de Estado e sustentou que seu objetivo era "apaziguar" o país.

O presidente do colegiado, deputado Arthur Maia (União -BA), afirmou ao fim do depoimento que foi "a reunião mais difícil" de se conduzir e que Lawand "faltou com a verdade". "Realmente tive um dia muito difícil, porque o tempo inteiro entendi que o senhor estava faltando com a verdade, mas fiz de tudo para manter meu lado legalista de não interpretar com meu sentimento", disse. O parlamentar chegou a chamar o ex-juiz e atual senador Sergio Moro (Pode -PR) para tirar dúvidas jurídicas.

Uma CPMI pode determinar a prisão em caso de "flagrante delito"— como mentir após juramento. Conforme o regimento, os colegiados têm "poderes de investigação próprios das autoridades judiciais". A relatora da comissão, senadora Eliziane Gama (PSD-MA), explicou que o acordo entre ela e Maia é de que, nesses casos, a prisão seja tomada e deliberada pelo deputado.

"Tivemos um entendimento acerca dos pedidos de prisão, que serão tomados e deliberados pelo presidente da comissão. Ele tem uma responsabilidade em relação à condução dos trabalhos e compreendeu de fato que não haveria necessidade de fazer o pedido de prisão diante das mentiras que Lawand claramente colocou", explicou a senadora, após a sessão.

À comissão, Lawand disse que reconhece o resultado das eleições e que confia nas urnas eletrônicas. Afirmou ter sido um erro o envio das mensagens para Cid e pediu desculpas ao Exército. O militar ainda frisou não saber o motivo de ter sido chamado a depor na CPMI e alegou não ter contato com ninguém do Alto Comando do Exército.

Nas mensagens trocadas com Cid, Lawand pede seguidamente que Bolsonaro dê um golpe de Estado. Em uma delas, enfatiza: "Cidão, pelo amor de Deus, cara. Ele dê a ordem, que o povo tá com ele. Se os caras não cumprirem, o problema é deles. Acaba o Exército Brasileiro se esses caras não cumprir a ordem do comandante supremo. (...) Convence ele a fazer. Ele não pode recuar agora".

Para os parlamentares, Lawand alegou que sua intenção era pacificar o país. "Eu acreditava que, se viesse uma ordem do presidente, como aconteceu com os caminhoneiros, o país seria apaziguado", afirmou. O deputado Rogério Correia (PT -MG) rebateu: "O senhor está aqui afirmando que o presidente não deu ordem para apaziguar o país. Então, fica registrado", disse, insinuando um teor acusatório por parte do depoente.

Em outro trecho da conversa trocada entre os militares, Cid responde: "Mas o Pr (presidente) não pode dar uma ordem... se ele não confia no Alto Comando". Lawand dispara: "Ferrou". E adiciona: "Vai ter que ser pelo povo mesmo". Para justificar a fala ao colegiado, o coronel disse que "é o povo que vai ter que se conscientizar de que não haverá nenhuma ordem presidencial, de que não será atendido naquilo que pleiteia e que terá de retornar para suas casas e fazer o Brasil continuar". "Essa foi a minha intenção nessa frase", justificou.

Eliziane Gama contestou. "Me desculpa, coronel, mas não tem sentido, considerando o conteúdo das suas mensagens". Lawand, porém, seguiu negando intenção de um golpe. "Eu não tinha nem motivação, nem capacidade, nem força pra fazer qualquer atentado e muito menos motivar as pessoas a fazê-lo", respondeu.

Marcos Oliveira/Agência Senado



Lawand Júnior trocou mensagens golpistas com ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, mas, na CPMI, disse reconhecer resultado das eleições

Descrença

As declarações de Lawand não convenceram nem bolsonaristas. O senador Marcos Rogério (PL-RO), que substituiu o senador Marcos do Val (Pode-ES) no colegiado, avaliou que o militar mentia. "Mais inteligente seria ter usado o direito de permanecer em silêncio", opinou.

O deputado André Fernandes (PL-CE) tampouco considerou crível o depoimento. "Eu não acredito muito no que o senhor disse aqui, mas também não posso dizer que é mentira. Se alguém quiser acreditar, que acredite".

Ante o abandono dos bolsonaristas, Eliziane Gama fez uma sugestão ao depoente: "A gente percebe claramente que o senhor está sozinho nesse embate, nessa caminhada. Eu perguntaria se o senhor não aceita ter uma conversa reservada com a comissão, no sentido de até dar mais elementos e uma contribuição melhor aos trabalhos, diante da sua posição e da forma que a gente acompanha o transcorrer dessa audiência". Lawand agradeceu, mas negou a ajuda.

Depois da sessão, a relatoria admitiu que a tolerância a mentiras pode colocar em risco os trabalhos da comissão. "A CPI não pode admitir que pessoas venham e mintam. Existe um princípio claro, que deve ser adotado em relação às testemunhas. Essa posição não deve ser repetida, não deve ser continuada", concluiu. Na terça-feira, a CPMI deve ouvir Mauro Cid.

Barroso: país está convalescendo

» VICENTE NUNES
Correspondente

Lisboa — O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse que o Brasil está voltando à normalidade, depois de quatro anos terríveis, de grandes retrocessos. "Saímos de um período em que houve ataques à democracia, riscos institucionais e baixa civilidade", afirmou, em entrevista exclusiva ao **Correio**, no Fórum Jurídico de Lisboa. Para ele, o Brasil vive, agora, um período de convalescença.

"Acho que estamos, aos poucos, reconstruindo um país em que não há sérios riscos à democracia, em que as pessoas voltam a conversar", disse. Ele citou como exemplo o diálogo entre o ministro da Justiça, Flávio Dino, e o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, que participaram, civilizadamente, de um debate no Fórum, tendo como tema a preservação do Estado Democrático de Direito. "Pode parecer pouca coisa, mas isso é uma mudança profunda e reforça o que o país viveu nos últimos quatro anos", frisou.

Segundo Barroso, a democracia não é um regime político de consenso, mas um regime em que a divergência é absorvida de forma institucional e civilizada. "Aqueles tempos de ofensas, de agressões em que vivemos devem ficar apenas nos registros como um mau momento brasileiro." Questionado se o Brasil aprendeu a lição, afirmou que o país já tinha feito a lição de casa, especialmente sobre a politização das Forças Armadas. "Essa politização não faz bem para a democracia, para o país e, tampouco, para as Forças ", destacou. "Infelizmente, vivemos um período em que essa lição foi esquecida. Mas acho que ela foi recuperada."

Conforme o ministro, os ânimos em torno das Forças Armadas se acalmaram, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltando a conversar tranquilamente com os chefes de Exército, Marinha e Aeronáutica. "Justiça seja feita ao ministro da Defesa, José Múcio Monteiro. Passou aquele período que deve ser lembrado como um tropeço", afirmou. "Agora, estamos de volta aos rumos desejados, que são aqueles em que as Forças Armadas são importantes como instrumentos para a defesa nacional. O único lugar que não é bom para as Forças Armadas é a política."

Barroso chamou a atenção ainda para a importância da regulação das redes sociais. Mas, segundo ele, é uma questão que exige a participação de muitos atores. "Envolve a participação do governo, criando um arcabouço legislativo; envolve a autorregulação pela plataformas digitais e envolve a sociedade civil no seu processo midiático."

